

Comissão provisória omite o debate maior

BRASILIA
AGÊNCIA ESTADO

Parlamentarismo, presidencialismo ou, como estamos no Brasil, país que gosta de inventar, por que não um presidencialismo parlamentarista? Ou um parlamentarismo presidencialista?

Pode parecer brincadeira, mas do Rio chegam notícias de ser essa a discussão constitucional mais importante a prender a atenção da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, por enquanto a única matriz geradora de dúvidas para a futura Assembleia Nacional Constituinte. É claro que outros temas, mais densos e mais profundos, envolverão os deputados e os senadores transformados em constituintes. Mas não no plano jurídico-institucional. Quando chegar a hora do exame dos capítulos da ordem econômica e da ordem social, muita coisa nova irá aparecer. Até na educação e na família. Mas fala-se, hoje, do setor político propriamente dito, e este parece ter muito pouco para oferecer em termos de mudança. Feita, naturalmente, a ressalva de que o chamado lixo autoritário ainda incrustado na Constituição será logo varrido.

Indaga-se por que estaria sendo essa a preocupação política dos integrantes da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, como se tem medo de que nela estarão empenhados os constituintes, utilizando ou não os subsídios preparados por mestre Afonso Arinos. Parlamentarismo ou presidencialismo? Ou coluna do meio, isto é, um sistema híbrido com características de lá e de cá?

Seria bom deixar fixados desde já alguns pressupostos: primeiro, de que não são os sistemas, nem sequer os regimes, a chave para o progresso dos povos. É claro que, nas democracias, multiplicam-se as chances de desenvolvimento político e material, assim como, nas ditaduras, elas mingam até o pauperismo. Só que as reações não costumam ser verdadeiras. Existem países onde vige a democracia de fachada, elitista, em meio à miséria quase completa, como existem outros, totalitários, onde pelo menos não se morre de fome.

Desenvolvimento é antes de tudo um fator cultural, e se a cultura de um povo se apresenta devidamente estimulada, firme e respeitada, sem distorções, repressões ou atrasos, esse povo fatalmente acabará sendo, se ainda não é, uma democracia evoluída e próspera.

De pouco adianta colocar no papel a mais avançada das Constituições se, no reverso da medalha, nada se faz para preencher o vazio cultural, valendo acentuar que tudo o que pode ser feito apenas o será pela totalidade de uma nação, jamais por grupos restritos e privilegiados. At está o finado regime militar que não deixa ninguém mentir.

Vivemos no Brasil, graças a Deus, um período de intenções democráticas plenas, base imprescindível para qualquer evolução, mas o risco apresentado é o de nos perdermos (ou perderem-se os constituintes) num debate estéril e improficuo como o que se denuncia: para muitos, os destinos nacionais se revolveirão bem ou mal caso adotemos o parlamentarismo ou o presidencialismo. Ou o sistema misto.

Quando os turcos tomaram Constantinopla, em 1453, os bizantinos não puderam rechaçar a invasão, pois seus dirigentes encontravam-se empenhados na mais profunda das discussões filosóficas e teoló-

gicas, pretendendo saber, de um lado, quem havia nascido primeiro, o ovo ou a galinha, e, de outro, perscrutando o sexo dos anjos. Guardadas as proporções, corremos o mesmo perigo, mesmo sem identificar direito se os turcos estão no PT, no PMDB, na CNBB ou sucedâneos.

Dizem uns, na Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, que sem o parlamentarismo não há verã salvação. Lembrem como o sistema funcionou bem no Império. Esquecem-se de que nos encontramos em 1986 e que, para funcionar no século passado, o parlamentarismo se escorava no autoritarismo imperial, bem como num dispositivo constitucional que dava ao imperador, além da chefia do Executivo, o exercício de um execrável poder moderador, de onde os Braganças não só moderavam, mas modelavam a Nação à sua imagem e semelhança. Quando o sistema parlamentar de governo se viu implantado na República, nos lamentáveis anos de 1961 e 1962, por conta de uma crise, foi o que se viu: abriram caminho para o poder militar instalado em 1964. Longe de resolver nossos problemas, pela harmonia, a divisão de Poderes, e a co-responsabilidade, o parlamentarismo funcionou como covetor da democracia.

Não se concluirá liminarmente, é óbvio, pelos mesmos perigos, 25 anos depois, mas importa desacreditar do rótulo se o conteúdo permanece o mesmo. Para funcionar, o parlamentarismo exige partidos fortes, estruturados, doutrinários e atê ideológicos, exatamente o contrário do que ocorre agora entre nós.

Um país de dimensões continentais, pobre, envolto em mil e uma contradições, necessita de poderes identificados e concentrados — o que nada tem que ver com a necessária descentralização administrativa. Além do mais, de que maneira supor o sistema aplicado, por decorrência, nos Estados e nos municípios? Acresce que um presidente da República eleito pelo voto direto, conquista fundamental da Nova República, jamais poderia ser transformado em rainha da Inglaterra e ver o poder transferir-se para um primeiro-ministro indicado pela maioria parlamentar. A frustração popular atingiria os dois de uma só vez.

Por isso falam alguns no presidencialismo parlamentarista, ou no parlamentarismo presidencialista. Pior ainda. O presidente, eleito diretamente, deteria alguns poderes, mas outros ficariam com o primeiro-ministro. Tudo bem que o processo eleitoral fosse estático, mas já se pensou na hipótese de um presidente do PMDB precisar dividir o governo com um primeiro-ministro do PT ou do PDT? Isso sem falar em que o poder não se divide. Na hora das decisões ou dos conflitos, quem prevaleceria? A chave do Tesouro, o comando das Forças Armadas, a direção da política econômico-financeira seriam divistíveis?

Estas ponderações se fazem sem o sentido de opção por este ou por aquele sistema, mas apenas como alerta para os perigos de uma discussão que, salvo engano, ameaça centralizar os debates constitucionais futuros no plano jurídico-institucional. Deveria ser a consolidação de nossa cultura a exigir preocupações muito maiores na discussão, por exemplo, da ordem econômica e da ordem social. Depois, não se dirá ter sido por falta de alerta que mergulhamos em outra crise.

C.O.